



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**  
**RECORTE DE JORNAIS**

Veículo: CIFORM  
identificação: CADERNO 1 / 3  
Data: 24 a 30/12/2012

**Subvenção: agora, é  
com o Ministério Público**

**A** repercussão do caderno “Grandes Reportagens”, publicado pelo **Cinform** na semana passada, sobre o repasse descontrolado de verbas de subvenção da Assembleia Legislativa para instituições não governamentais, foi gigantesca. Pautou os demais veículos da mídia sergipana, suscitou debates nas redes sociais e fez com que o **Ministério Público Estadual - MPE** - viesse a público para dizer o que pensa sobre o tema. E mais: para falar, também, o que pretende fazer para acabar com essa farra.

Em entrevista exclusiva para este jornal, o procurador-geral do MPE, Orlando Rochadel, disse que espera encerrar 2013 com essa questão resolvida e foi objetivo: é totalmente contra o repasse dessas verbas para ONGs, no formato atual, através dos deputados estaduais e movimentando quase R\$ 24 milhões por ano. Outra informação mais do que interessante que está contida na entrevista do procurador é que as entidades denunciadas pelo Cinform serão todas investigadas.

“O MP está aberto a um diálogo com a Assembleia Legislativa. Mas existem aí duas questões a serem colocadas. Uma delas é genérica, é sobre o repasse ou não da Assembleia Legislativa para as entidades não governamentais. Para essa questão, o MP já tinha uma ação pedindo que esses repasses fossem suspensos. A outra questão diz respeito a cada associação em específico. E nós vamos verificar se cada associação existe, se elas prestam serviços, se elas receberam recursos, se elas gastaram aquele recurso que foi indicado, que foi utilizado. E posso assegurar que, para essas mais de 50 ONGs apontadas pelo Cinform, o MP instaurará procedimentos. E serão tomadas

medidas criminais e cíveis cabíveis”, afirma Rochadel, na entrevista que está neste caderno.

O que chama a atenção, no entanto, não é somente a firmeza do que é dito pelo procurador, mas o silêncio ensurdecidor da Assembleia. Até quando o Poder Legislativo continuará atuando dessa forma? Com exceção de dois ou três parlamentares que deram entrevistas, os demais se mantiveram calados. A presidente, Angélica Guimarães, PSC, com a empáfia que lhe é peculiar, não se pronunciou, nem mesmo para negar ou esclarecer. Como pode?

---

“O que chama a atenção, no entanto, não é somente a firmeza do que é dito pelo procurador, mas o silêncio ensurdecidor da Assembleia. Até quando o Poder Legislativo continuará atuando dessa forma?”

---

Mais do que consciente do papel de representante das demandas da sociedade e da voz do povo, o Cinform está satisfeito com o andamento dessa questão e espera que o MPE possa mesmo fazer o que lhe compete pela lei. E cobra ainda uma posição do Tribunal de Justiça, que, segundo o MPE, já deveria ter julgado um pedido de inconstitucionalidade das verbas de subvenção há mais de dez anos. Ah, e se a Assembleia quiser se posicionar, a sociedade agradece - a imprensa, também.